

## **As pensões e o ciclo económico**

O sistema de pensões foi criado para dar resposta a uma estrutura económica e de trabalho que tem mudado nas duas últimas décadas a uma velocidade vertiginosa.

Com a crise económica, novamente a (in)sustentabilidade do sistema de pensões volta a estar na ordem do dia, como se o problema aí residisse. Os problemas da segurança social não são somente imputáveis à situação económica atual, e seria um erro relacionar a solução destes problemas apenas com a saída da crise.

Mais cedo ou mais tarde a recessão económica chegará ao fim, voltar-se-á a criar emprego e as receitas do sistema aumentarão voltando, desta forma, a restabelecer-se o equilíbrio financeiro. Contudo, os problemas estruturais que o afetam, continuarão.

A crise não é a responsável pelo envelhecimento da população mas este é, exatamente, o problema mais importante que tem pela frente o atual sistema de pensões.

O envelhecimento da população afeta o sistema tanto pelo lado da despesa como pelo lado da receita. Quanto à despesa, dado que, por um lado, o número total de futuros pensionistas aumentará de forma considerável e, por outro, que esses pensionistas permanecerão durante mais anos a receber pensões do sistema, esta irá naturalmente crescer.

Pelo lado das receitas, o envelhecimento significa um abrandamento da taxa de crescimento da oferta futura de mão-de-obra e, por conseguinte, com taxas de crescimento da economia similares à das décadas passadas, é certa uma contenção do crescimento das receitas do sistema público.

O resultado combinado destes efeitos induzidos pelo envelhecimento gerará um aumento no défice estrutural do sistema.

No atual cenário económico, importa pôr em prática uma atuação geral, coordenada e decidida, que assegure estabilidade, segurança e promova a confiança no sistema.

Medidas como o aumento da idade de reforma ou os termos de correspondência entre as contribuições e as pensões praticadas numa base individual têm sido estudadas, contudo, não menos importante é ter-se em conta que este tema não se encerra na atual conjuntura, devendo ser analisada a sua viabilidade a longo prazo.

Se olharmos para as contribuições ou entregas suportadas pelos indivíduos para a formação das suas futuras pensões (pública e privada), poder-se-ia repensar o seu enquadramento fiscal e, preferencialmente, numa forma mais robusta que em relação a outros produtos financeiros.

Em conclusão, temos a obrigação de encontrar uma solução satisfatória, apoiada numa análise rigorosa das suas consequências sobre o conjunto da população, da sua capacidade de adaptação às mudanças criadas no seio da realidade económica e, não menos importante, da liberdade individual.

Avançar para um sistema de pensões misto, sólido e solvente, é possível e deverá ser apoiado no interesse coletivo garantindo soluções viáveis e sustentáveis, capazes de evitar os desequilíbrios referidos.

### **José Figueiredo Almaça**

Presidente do ISP - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões